

## Eleições Autárquicas 2025 - Obrigações declarativas a cumprir

### Entidade para a Transparência (EpT)

Órgão independente que funciona junto do Tribunal Constitucional e tem como missão a apreciação e fiscalização da declaração única de rendimentos, património e interesses dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (declaração única).

### Lei n.º 52/2019

Os “**membros dos órgãos executivos do poder local**” são cargos políticos (Artigo 2.º, n.º 1, alínea i)).

Os titulares de cargos políticos apresentam, através da **Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência**, uma declaração única, no prazo de 60 dias: (\*)

- **Inicial** - a partir da tomada de posse/início do exercício de funções (Artigo 13.º, n.º 1)
- **Recondução/Reeleição** - a partir da tomada de posse/início do exercício de funções (Artigo 14.º, n.º 1)
- **Cessaçã** - a partir da cessação das funções (Artigo 14.º, n.º 1)

(\*) Sem prejuízo da obrigação de apresentação de declaração única:

- ⇒ Alteração (30 dias), no decurso do exercício de funções, quando se verifique uma alteração patrimonial efetiva (montante >50 salários mínimos mensais) ou ocorram factos ou circunstâncias que obriguem a novas inscrições (Artigo 14.º, n.º 2)
- ⇒ Final, quando decorram 3 anos após a cessação do exercício de funções (Artigo 14.º, n.º 4)

## Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência

<https://entidadetransparencia.pt/>



**Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência**

**Área privada**  
Reservado a:  
Titulares de cargos políticos, altos cargos públicos e equiparados sujeitos às obrigações declarativas constantes da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho  
Membros da Comissão Parlamentar da Transparência e Estatuto dos Deputados

**Consulta de declarações**  
Reservado aos requerentes da consulta remota das declarações únicas

**Acesso Público**

Publicidade dos elementos relativos aos registos de interesses constantes das declarações únicas

**Pesquisar**

Entidade:  Cargo:  Nome do titular:

Lista de titulares por entidade e cargo



**TITULARES** Comissão

E-mail \*

Palavra-passe \*

[Recuperar palavra-passe](#)

ou

A autenticação na **Área privada** é efetuada através dos meios *Autenticação.gov* (\*)

(\*) Caso o titular não se encontre ativo, como cidadão, através dos meios referidos, deve comunicar o facto à EpT, através de requerimento, a enviar para [geral@entidadetransparencia.pt](mailto:geral@entidadetransparencia.pt), solicitando a atribuição de um acesso mediante palavra-passe (Artigo 5.º do Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março).

## Apresentação da declaração única

Área privada do titular

Opção:

Entregar Declaração

Inicial

Cessaçã

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Não

Iniciou agora funções numa nova entidade/órgão?



Sim

Deve preencher



Nova declaração

(\*)

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Não

Iniciou agora funções numa nova entidade/órgão?



Não

Ocorreu alguma alteração de património e/ou atos ou atividades que pretenda declarar?



Não

O seu cargo terminou

recentemente?

Deve preencher



Declaração de cessaçã

(\*)

Recondução/Reeleição

Nova declaração

Foi reconduzido no cargo que já desempenhava?



Sim

Deve preencher



Declaração de recondução/reeleição

(\*)

(\*) Caso já tenha apresentado alguma declaração única na Plataforma Eletrônica, poderá optar pelo pré-preenchimento, com base na mesma, devendo selecioná-la. Os dados da nova declaração assim gerada deverão ser atualizados.

Sugere-se consulta das **Questões Frequentes**, disponíveis no *site* da EpT:

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/ept/faq.html>

A informação apresentada não dispensa a consulta da legislação aplicável:

- Lei n.º 52/2019, de 31 de julho
- Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro (aprova o Estatuto da Entidade para a Transparência)
- Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março